

A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos e o nacionalismo no Egito (1928-49)

Isabelle Christine Somma de Castro
Doutoranda do Departamento de História Social da Universidade de São Paulo
Bolsista do CNPq

Resumo

A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos –*Jam'iyyat al-Ikhwan al-Muslimin*– apresentou-se no Egito das décadas de 1930 e 1940 como uma alternativa islâmica ao nacionalismo laico, representado pelo Partido Wafd. O partido, formado a partir de uma delegação de políticos que apelou às autoridades britânicas pela obtenção da autodeterminação do país, foi responsável pela mobilização popular que estourou no país pós-Primeira Guerra Mundial. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Wafd assumiu o poder com a ajuda dos ocupantes britânicos e seus principais líderes envolveram-se em escândalos de corrupção. Mesmo não sendo um partido político, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos mobilizou a população egípcia, principalmente nas grandes cidades, a capital Cairo e Alexandria. Chegou a contar com cerca de 500 mil simpatizantes no final do conflito e mais de 2 mil sucursais espalhadas pelo país. Fundado em 1928, o grupo fortificou-se não apenas pelo carisma de Hasan al-Banna, líder e fundador do grupo assassinado em 1949, mas também por sua preocupação com uma reforma social. Se, por um lado, houve um desencanto com a alternativa laica apresentada pelo Wafd, por outro, há fortes indícios de que o discurso religioso e as ações do grupo essencialmente no setor assistencial representaram e supriram demandas reprimidas de grande parte da população. A identificação de quais são esses elementos pode nos levar às matrizes do apelo que movimentos político-religiosos como a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos exercem ainda hoje.

Introdução

A influência da religião no cenário político não é exclusividade de um único credo. Muitos movimentos políticos se originam a partir de crenças religiosas. A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos –*Jam'iyyat al-Ikhwan al-Muslimin*– é um desses grupos. Considerado precursor do ativismo islâmico no século XX, a SIM se tornou um

movimento de massas que exerceu –e ainda exerce– grande pressão para a transformação da sociedade do país através do comprometimento com os ensinamentos contidos no Alcorão e na *Sharia'* –lei islâmica. De sua fundação, em 1928, à morte de seu líder, em 1949, o grupo também teve importante papel na oposição à ocupação britânica do Egito.

Tais inferências nos estimulam a tentar compreender as idéias de Hasan Al-Banna (1906-1949), fundador e Guia Geral –*al-murshid al-'amm*– e a própria Sociedade dos Irmãos Muçulmanos. Para tanto, propomos realizar um esquadrinhamento não somente de suas idéias e o processo de evolução do grupo, mas também de sua inserção no Egito de meados dos anos 1930 ao final dos anos 1940, época de grande atuação do movimento. Este foi um período de especial turbulência em virtude do impacto das duas grandes guerras, dos efeitos da colonização e da modernização acelerada no país. O conhecimento tanto de fatores endógenos como exógenos que provocaram desdobramentos sociais, políticos e econômicos no país poderá agregar elementos para o entendimento dos agentes históricos que contribuíram para a própria formação das ideias e da estrutura do movimento.

Não se trata, contudo, de uma tentativa de perpetrar uma busca ao início de tudo, com grande risco de se cair na armadilha do “ídolo das origens”ⁱ. A intenção é, na verdade, realizar um exercício de desvelamento de aspectos condicionantes e desdobramentos de mudanças históricas, além de analisar o próprio caminho percorrido por estes temas e questões durante o século XX, tendo a reflexão de Al-Banna como ponto de partida. É, questionar, antes de tudo, o papel desempenhado pelo grupo como opositor à ingerência britânica no Egito.

Este trabalho se propõe, em primeiro lugar, apresentar os processos históricos que viabilizaram o surgimento do grupo e as características específicas que contribuíram para a aceitação popular de uma opção religiosa dentro do contexto político. Mais adiante, o objetivo será entender alguns dos principais elementos do discurso de seu principal líder e da ação da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos durante o período que esteve sob sua orientação. Com base nestes achados, serão apresentadas as conclusões preliminares sobre o tema tratado.

A base documental para abordar o discurso baseou-se em cinco tratados traduzidos para o inglês e publicados pelo pesquisador Charles Wendellⁱⁱ. As ações, por

outro lado, ainda estão sendo analisadas por meio de documentos produzidos por funcionários do Alto Comissariado e, após 1936, da Embaixada Britânica no Cairo e do consulado-geral em Alexandria, para serem remetidos à sede do Foreign Office, em Londres. Nos *National Archives*, em Londres, encontram-se despachos, cartas, telegramas privados, memorandos e relatórios, entre outros documentos secretos sobre acontecimentos cotidianos, personalidades e episódios importantes que ocorreram no Egito durante o período mencionado. Com a análise desses volumes, a pretensão será esclarecer em que medida as ideias do grupo e a inserção delas no contexto prático vieram a atender as demandas reprimidas de parcela da população egípcia. Os documentos do período que abrange a Segunda Guerra Mundial são particularmente importantes, pois foram liberados há pouco tempo para consulta pública.

Contexto histórico

O final da década de 1910 e início da seguinte foram marcados pela explosão do sentimento nacionalista no Egito. Até o encerramento da Primeira Guerra Mundial, o país viveu uma situação singular. Era uma província do Império Otomano, mas também estava sob ocupação de tropas britânicas desde sua invasão em 1882. Com a derrota otomana no conflito, Londres expandiu seu controle, estabelecendo o Egito como protetorado. Em 1919, uma grande revolta popular tomou as ruas do Cairo, sob a liderança do movimento laico nacionalista Wafd. A pressão resultou na concessão da independência pelos britânicos, em 1922, e a abolição da lei marcialⁱⁱⁱ. O ato foi uma forma de arrefecer o desejo pela autodeterminação compartilhada pela grande maioria dos egípcios.

Apesar de independente, o país continuou ocupado. A declaração unilateral fixou quatro pontos que ficariam sob arbítrio britânico: a defesa territorial do Egito, as telecomunicações, os interesses da comunidade internacional no país e o modo como o Sudão seria governado – passou a ser controlado por um consórcio anglo-egípcio. Os *Reserved Points*^{iv}, como eram chamados, implicaram claramente severas limitações à independência e se tornaram um elemento fundamental nas relações muitas vezes amargas entre britânicos e egípcios nas três décadas seguintes^v.

A luta pela autodeterminação no Egito, portanto, não cessou. Em 1924, o Wafd se transformou em um partido político, mantendo o cunho laico e a bandeira nacionalista. Nas duas décadas seguintes, ganhou todas as eleições parlamentares que participou. Mas o partido não conseguiu concluir um único governo sob sua liderança. A interferência britânica, via controle “informal” –ou indireto–, que levaria as lideranças à prisão e ao exílio, além dos interesses particulares do rei, foram decisivos para que nenhum gabinete liderado pelo Wafd conseguisse apoio político para governar.

Durante a Segunda Guerra houve uma reviravolta: o governo britânico, que até então via o Wafd com desconfiança, passou a considerá-lo sua melhor opção de governo durante o conflito. Londres percebeu que a chancela do Wafd conferiria legitimidade, como ocorreu após o acordo de 1936, a qualquer futuro entendimento entre ambos os lados. O embaixador britânico, sir Miles Lampson, impôs ao jovem rei Faruk (1920-1965) um gabinete liderado pelo Wafd. A pressão incluiu o cerco com tanques de guerra ao palácio real de Abdin, no Cairo, em 4 de fevereiro de 1942. Sem alternativas, a não ser renunciar, Faruk preferiu aceitar a imposição britânica e Nahas Pasha, líder do partido nacionalista, se manteve na liderança do executivo até o final do conflito.

O governo liderado pelo Wafd foi marcado por insatisfação popular crescente. A ascensão ao poder com a ajuda de tanques britânicos e a revelação de esquemas de corrupção ligados aos líderes foram fatores que levaram à perda do apoio popular, gerando desencanto com esta alternativa laica. A partir de então, estudantes, camponeses e funcionários públicos, tradicional base social dos wafadistas, passaram a dar maior apoio às idéias da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (SIM)^{vi}. Fundado em 1928 com base nos fundamentos do Islã, a SIM se inseriu na arena política como um movimento de massas, chegando a contar com entre 500 mil e mais de um milhão de membros nos anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial.

Aliado a este fato, desde os anos 1930 a opção laica vinha perdendo terreno na sociedade egípcia para o revivalismo muçulmano. Até então, a elite local, dividida entre profissionais liberais e grandes proprietários de terras, dominava os partidos políticos e a imprensa do país. Reformas realizadas em setores como o da educação e no sistema legal alijaram o papel do Islã, dando maior valor a uma identidade egípcia vinda da Antiguidade e associada às idéias ocidentais^{vii}.

Neste contexto, surgiu a primeira das reivindicações da SIM, a inclusão de princípios islâmicos no currículo escolar. O manifesto mais antigo conhecido do grupo foi escrito por seu fundador, xeique Hasan Al-Banna. Tinha como tema central defender a obrigatoriedade do ensino religioso em todas as escolas do país^{viii}. A preocupação se dava essencialmente pela penetração de escolas de missionários cristãos europeus e norte-americanos^{ix}. Mais tarde, o escopo de Al-Banna se estendeu: a soberania passou, progressivamente, a integrar os discursos do fundador e, conseqüentemente, do grupo por ele liderado até sua morte, em 1949^x.

O programa da SIM nas suas duas primeiras décadas era uma interpretação particular do Islã do próprio Hasan Al-Banna. Ele afirmava que a religião tem um significado mais abrangente, que compromete e regula todos os aspectos da vida humana, neste e no outro mundo. O líder atacava a organização social dos muçulmanos de seu tempo, suas práticas e hábitos, pois eles não estariam seguindo as leis islâmicas. Para que esse quadro fosse revertido, Al-Banna também pregava uma reforma interna, dos próprios muçulmanos^{xi}. Este era um programa de campanha para a reforma da sociedade e não para a tomada do poder. A SIM não se apresentava como um grupo revolucionário: a revolução se expressava somente em denúncias públicas da ordem social e através da ênfase na necessidade de preparação dos associados, que deveriam seguir regras de obediência, ser devotos e determinados, além de estarem prontos para o sacrifício, entre outras condições^{xii}.

Há duas possibilidades não necessariamente excludentes para tentar explicar por que a SIM se transformou um movimento de massas, que também atrairia seguidores em outros países árabes, como Síria, Jordânia, Iêmen, Sudão, Argélia. Uma delas é que o pensamento social de Al-Banna teria se aproximado dos anseios da população naquele período e o grupo, por sua vez, teria se mostrado mais apto a colocá-los em prática. A outra é que a SIM teria herdado do movimento nacionalista, que viveu seu apogeu nos anos 20, uma fatia expressiva de simpatizantes. As demandas reprimidas desta guerra de domesticação e pacificação travada com os britânicos^{xiii} foram incluídas no discurso do movimento, colaborando para que o apoio popular que antes era atraído pelo Wafd fosse paulatinamente transferido para a SIM.

Para entender a sobrevida do grupo e o apelo crescente do discurso da SIM é preciso considerar outros fatores. A SIM passou por ciclos recorrentes de dura

repressão. Nos anos 30 e 40, seus integrantes foram por diversas vezes presos e suas sucursais fechadas. Apesar disso, o grupo ampliou sua popularidade e mostrou grande longevidade. Estudos mais recentes sugerem a necessidade de dar mais ênfase a aspectos modernizadores e progressistas do grupo para entender essa trajetória^{xiv}. Alguns autores acreditam que movimentos como a SIM, se vistos como uma reação, apontam para algo novo, sem intenção de reverter o progresso social, mas com o objetivo de adaptar a religião para que as pessoas possam lidar melhor com as novas realidades^{xv}.

Discurso e prática social

Sobre o papel desempenhado pela SIM, entre sua fundação no final da década de 20 e até a morte de seu líder, em 1949, estabeleço duas hipóteses. A primeira delas é a de que a SIM representou um movimento de massas caracterizado por forte apelo islâmico, que encontrou no período de sua emergência condições históricas propícias para sua expansão. Além disso, o grupo se associou às causas populares, como a autodeterminação e valores tradicionais da sociedade egípcia, representados por uma elaboração particular do discurso religioso.

Como segunda hipótese, postulo que houve um desdobramento das idéias para o campo da ação concreta, na medida em que a SIM representou e supriu, em grande medida, as demandas reprimidas de grande parte da população, não apenas daqueles pertencentes aos extratos mais baixos da sociedade egípcia. O programa de criação de creches, escolas e clínicas médicas que ofereciam serviços gratuitos parece um indicativo do atendimento de parte delas.

Em relação à primeira hipótese, as condições históricas propícias se encontram essencialmente no desencanto com o partido laico Wafd e seus líderes acusados de corrupção e de subserviência aos ocupantes. A adesão de tantos membros também se deu, por outro lado, por meio da dimensão do discurso religioso.

O programa político-religioso do grupo apresenta três conceitos principais, de acordo com os textos escritos pelo Guia Supremo. O primeiro é que há uma comunidade muçulmana supranacional. O segundo deles é que o Islã não abrange apenas assuntos religiosos, mas todas as questões humanas. E, por último, que a religião prega a

irmandade entre todas as classes e nações^{xvi}. Demanda, portanto, a união dos muçulmanos. Mas, para tanto, a *umma'* –comunidade muçulmana– tem de mudar. E, antes disso, cada muçulmano também tem de se transformar. Isso denota que Al-Banna sugere que os próprios fiéis são responsáveis pelos desdobramentos de seu tempo.

Observa-se uma relação entre estes textos escritos por Al-Banna no pós-Segunda Guerra Mundial com a questão da reformulação da sociedade egípcia. O líder do grupo^{xvii} repete várias vezes em seus tratados que o Alcorão traria os princípios básicos de “uma completa reforma social”. Essa reforma pregada por Al-Banna dependia do comprometimento dos filiados com três pré-requisitos do grupo: obediência, empenho e sacrifício^{xviii}. Eles deveriam seguir regras rigorosas em relação ao comportamento pessoal. Entre as listadas por Al-Banna estão quatro dos cinco pilares^{xix} do Islã –oração, jejum, doação de dinheiro e peregrinação–, além do comprometimento com o trabalho, esforço e a prática do bem, da busca pela educação e pelo conhecimento, cultivo de valores morais, empenho na obtenção da saúde física e mental e obediência aos governantes^{xx}. O combate aos vícios como os jogos de azar, o álcool e a prostituição também era um elemento importante no discurso do grupo. Ataques com bombas incendiárias a cinemas e bares, locais considerados pela SIM responsáveis pela proliferação de “maus costumes”, não foram incomuns, apesar de não terem o aval público do próprio líder do grupo.

Ainda no âmbito do discurso, a posição antibritânica se tornou bastante presente na produção de Al-Banna, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A própria fundação do movimento teria se dado devido ao descontentamento de seis trabalhadores de um campo britânico na cidade de Isma'iliyya. O grupo teria procurado Al-Banna com o objetivo de ter o *shaikh* como mentor^{xxi}. Ele escreveria mais tarde sobre seu choque ao observar a vida luxuosa que os ocupantes levavam, ao mesmo tempo em que a população da cidade, localizada na zona do Canal de Suez, vivia em extrema pobreza.

A segunda hipótese, que está na dimensão da ação, tem como seu mais famoso estandarte a organização de manifestações e atos de violência, principalmente contra a presença britânica no país, e na atuação do grupo em projetos sociais. As manifestações se intensificaram principalmente no período pós-guerra, época de desencantamento agudo com o governo wafadista. A economia era provavelmente o principal motor da insatisfação. O encerramento do conflito ocasionou o fechamento de 250 mil postos de

trabalho relacionados ao esforço de guerra das forças aliadas no país. O custo de vida, refletido em altos índices de inflação, aumentou mais de duas vezes até 1952^{xxii}. Estatisticamente, a economia egípcia ficou paralisada nas quatro décadas anteriores a 1950: o impulso registrado durante este período foi de apenas 1,5% ao ano, quase a mesma taxa de crescimento da população^{xxiii}. Toda a insatisfação popular se refletiu em diversas greves nos anos de 1946, 1947 e 1948 no Cairo e em Alexandria^{xxiv}.

Mais importante do que a mobilização política no campo da ação, contudo, foi o esforço empreendido pela SIM na arrecadação e no investimento de recursos para a construção de mesquitas, cooperativas, escolas para crianças e adultos, clínicas médicas e centros de bem-estar social para seus membros e simpatizantes^{xxv}. Além de oferecer conforto aos desvalidos através do discurso religioso, a organização se dedicou à concretização de melhorias para aqueles que haviam sido abandonados tanto pelo governo como pela elite local.

“Deixando a propaganda de lado, a Irmandade realizou muitos trabalhos que ninguém ou nenhuma associação estava apta a colocar em prática naquela época, e que, mais do que qualquer coisa que eles tenham conseguido, apoiou com credibilidade a visão holística do Islã de que abrangia todos os aspectos da vida humana, a qual Al-Banna se identificava tão profundamente.”^{xxvi}

Um dos aspectos mais interessantes deste campo é o apoio da SIM à criação de sindicatos. Apesar de o grupo ser anticomunista –era obviamente contrário ao ateísmo– envolveu-se em ações para o estabelecimento de salários mínimos em fábricas e para a melhoria sócio-econômica dos operários. Al-Banna também chegou a defender uma espécie de reforma agrária, em que “o indivíduo deveria possuir tanta terra quanto pudesse cultivar, e o que sobrasse deveria ser doado aos sem-terra, sem cobrar-lhes nada”^{xxvii}. Declarações como estas devem ter soado como música aos ouvidos das classes mais baixas dos centros urbanos, formadas principalmente por agricultores sem-terra que migravam em busca de emprego.

Tanto as ações como o discurso demonstram a confluência entre o líder da SIM e a população de renda mais baixa. Mas, acima de tudo, os que o conheceram destacam seu carisma pessoal^{xxviii}. Após a sua morte, em 1949, o número de novos associados diminuiu consideravelmente^{xxix}. Al-Banna teria sido uma pessoa simples, tanto em seu estilo de vida como no modo de se comportar, apesar de ser um dos homens mais poderosos do Egito na metade da década de 40. Isso teria um peso especial num país de extrema desigualdade social e que apresentava um cenário político dominado por um rei

famoso por suas tendências perdulárias, uma elite local bastante ocidentalizada e distante dos problemas da população e uma elite estrangeira dotada de vantagens sobre os egípcios, tendo uma vida significativamente segregada do resto da população do país.

Conclusões preliminares

O discurso de Al-Banna exposto nos tratados avaliados demonstra forte apelo islâmico, caracterizado por idéias de mudança e transformação não só das pessoas, mas também de toda a sociedade. Este apelo teve especial impacto durante o período de desencanto popular com o movimento nacionalista que chegou ao poder, mas não procurou afastar-se dos britânicos, nem melhorar a vida da população. A alternativa religiosa, que não significava ruptura, mas englobava valores tradicionais, se colocou como uma opção possível. Através das palavras do líder da SIM percebe-se, principalmente, ofereceu-se às massas esperança e um ideal que pudessem compreender, formulado em termos familiares, na forma do Islã^{xxx}.

Ao adentrar com ímpeto no campo da ação concreta, tanto na luta política como no campo do bem-estar social, o grupo mostrou sua motivação e, principalmente, sua força para colocar em prática ações extremamente populares. Não pregava uma revolução, mas uma reforma. A SIM não se metamorfoseou em um partido político e se mostrou crítica em relação a eles. Al-Banna era pessoalmente contra a existência de partidos, por considerar que havia um só caminho, o da religião. Contou com simpatizantes no governo e até no Parlamento durante o período em que liderou o grupo. Nunca tendo assumido o poder, o líder não teve seu discurso político colocado à prova, principalmente pelas urnas. Acredito que as ações, acima de tudo, podem demonstrar quais eram as principais crenças e intenções do grupo. Por isso, a análise dos documentos da época se faz de primordial importância para este trabalho.

Ambos os campos, o do discurso e da ação, neste primeiro momento, parecem ter atendido de forma satisfatória as demandas de parte da sociedade em relação a problemas como o desafio do imperialismo britânico, o caos político que engessava a máquina governamental, o domínio estrangeiro da economia do país e a total incapacidade das instituições islâmicas tradicionais de lidarem com os problemas do dia-a-dia dos egípcios.

-
- ⁱ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 56.
- ⁱⁱ AL-BANNA, Hasan. *Five tracts of Hasan Al-Banna (1906-1949): A selection from the Majmu'at Rasail al-Imam al-Shahid Hasan al-Banna*. Berkeley: University of California Press, 1978 (tradução de Charles Wendell).
- ⁱⁱⁱ A lei marcial vigorou durante a Primeira Guerra Mundial e foi mais rígida durante os distúrbios de 1919.
- ^{iv} Pontos sob ressalvas, em tradução livre.
- ^v DALY, M. W., *The British occupation, 1882-1922*. In: DALY, M. W. (edit.) *The Cambridge History of Egypt. Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 2, 1998, pp. 239-251.
- ^{vi} EL SADAT, Anwar. *Revolt on the Nile*. London: Allan Wingate Ltd., (tradução de Thomas Graham), 1957, pp. 41.
- ^{vii} YAPP, M. E. *The Near East since the First World War*. London: Longman, 1991, pp. 63.
- ^{viii} JANSEN, Johannes J. G. *Hasan al-Banna's Earliest Pamphlet*. In: *Die Welt des Islams*, New Series, Bd. 32, Nr. 2, 1992, pp. 254-258. <http://www.jstor.org/stable/1570836>
- ^{ix} KRÄMER, Gudrun. *Hasan al-Banna*. Oxford: Oneworld, 2009.
- ^x MITCHELL, Richard P. *The Society of the Muslim Brothers*. Oxford: Oxford University Press, 1993 [1969], pp.165; LIA, 2006: 115.
- ^{xi} HEYWORTH-DUNNE, James. *Religious and Political Trends in Modern Egypt*. Washington (monografia publicada pelo autor), 1950, pp. 54.
- ^{xii} (*op. cit.* MITCHELL, 1993: 232-235)
- ^{xiii} Estas guerras foram frequentes em todo continente africano no período de conquista efetiva dos poderes coloniais, após a Conferência de Berlim (1884-5).
- ^{xiv} LIA, Brynjar. *The Society of the Muslim Brothers in Egypt. The Rise of an Islamic Mass Movement 1928-1942*. Reading: Ithaca Press, 2006 [1998], pp.11 e 13)
- ^{xv} UTVIK, Bjorn Olav. *The Modernizing Force of Islam*. In: Esposito, J. e Burgat, F. *Modernizing Islam: Religion in the Public Sphere in the Middle East and Europe*. New Jersey: Rutgers University Press, 2003, pp 43-68.
- ^{xvi} ISSAWI, Charles. *Egypt at Mid-Century*. Oxford: Oxford University Press, 1954, pp. 267.
- ^{xvii} (*op. cit.* AL-BANNA, 1978).
- ^{xviii} (*op. cit.* KRÄMER, 2010: 42)
- ^{xix} O pilar não citado por ele, a Shahada, é o testemunho de fé que estabelece um único Deus e o Profeta Muhammad como seu mensageiro. Como é subentendido que todos os muçulmanos compartilham esta crença, citá-la seria desnecessário.
- ^{xx} A obediência, neste caso, é em relação aos líderes do movimento e ao rei.
- ^{xxi} WENDELL, Charles. Introduction. In: AL-BANNA, Hasan. *Five tracts of Hasan Al-Banna (1906-1949): A selection from the Majmu'at Rasail al-Imam al-Shahid Hasan al-Banna*. Berkeley: University of California Press, 1978, pp. 1-10.
- ^{xxii} BEININ, Joel. *Society and Economy, 1923-1952*. In: DALY, M. W. (editor) *The Cambridge History of Egypt. Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 2, 1998, pp. 309-333.
- ^{xxiii} (*op. cit.* YAPP, 1991: 62)
- ^{xxiv} (*op. cit.* ISSAWI, 1954: 269)

^{xxv} (*op. cit.* ISSAWI, 1954: 267)

^{xxvi} (*op. cit.* WENDELL, 1978: 5-6)

^{xxvii} (*op. cit.* HEYWORTH-DUNNE, 1950: 51)

^{xxviii} (*op. cit.* EL-SADAT, 1957: 26-31)

^{xxix} (*op. cit.* WENDELL, 1978: 1)

^{xxx} (*op. cit.* ISSAWI, 1954: 269)